

# MUDANÇAS ATUAIS NO CAPITALISMO E PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Maria Carmelita Yazbek**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

## **MUDANÇAS ATUAIS NO CAPITALISMO E PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Resumo:** Este texto coloca em questão as mudanças em andamento no capitalismo contemporâneo e suas consequências para as políticas públicas. Aborda, também, os principais desafios e perspectivas que se apresentam para essas políticas, particularmente para aquelas voltadas ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade nesse cenário.

**Palavras-chave:** Capitalismo, globalização neoliberal, políticas públicas, pobreza, desigualdade.

## **CHANCES IN THE ACTUAL CAPITALISM AND THE PERSPECTIVES FOR THE PUBLIC POLICIES**

**Abstract:** This article focuses on the current changes in the contemporary capitalism and its' consequences concerning public policies. It also focuses on the main challenges and perspectives concerning these policies, specially towards the struggle against poverty and inequality.

**Keywords:** Capitalism, neoliberal globalization, public policies, poverty, inequality.

Recebido em 16.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto coloca em questão desafios e perspectivas que se apresentam para as políticas públicas, especialmente para aquelas voltadas ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade, nos atuais cenários e tendências de transformações do capitalismo contemporâneo, que trazem para a sociedade uma extensa, nova e inquietante agenda de questões.

Sem dúvida, desde os anos 90, vivemos tempos de aceleradas mudanças, que nos desafiam sob múltiplos aspectos e, particularmente, no âmbito da formulação de políticas públicas voltadas à redução das enormes desigualdades que caracterizam o mundo atual. São tempos de transformações societárias de primazia do mercado, de crescimento do lucro e de globalização neoliberal, com suas políticas de desenvolvimento econômico centradas na voracidade dos novos paradigmas de acumulação.

Tempos difíceis... Tempos de transformações, não apenas em relação à ordem econômica, mas tempos em que referências culturais e simbólicas que tornavam o mundo reconhecível estão colocadas em questão. Tempo de “globalizações” (cf. Santos, 2000) porque não se trata de um único processo, mas de um conjunto de processos assimétricos e desiguais que atingem de forma absolutamente diversa, os diferentes países, nações e regiões do planeta e mesmo dentro de cada país, cidades e classes sociais. Processos que interferem nas múltiplas dimensões da vida, que interferem na esfera da cultura, da sociabilidade e da comunicação, construindo, de um lado, o que muitos denominam de nossa “identidade global”, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores. Por outro lado, esses processos geram profundas resistências, novos antagonismos, brutais desequilíbrios de poder e, sobretudo, a ampliação da desigualdade social.

No início do milênio, Pierre Bourdieu (2000) afirmava estar em construção no mundo contemporâneo um “imperialismo simbólico” cujos efeitos se apresentavam tão poderosos e perniciosos quanto os observados na esfera da economia. Esse imperialismo vinha sendo veiculado sob uma “capa de modernização” que buscava reconstruir o mundo, fazendo tábula rasa das conquistas sociais e econômicas dos últimos 100 anos, descritas a partir dos novos tempos, como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente.

## 2 MUDANÇAS NO CAPITALISMO E PERSPECTIVAS PARA A POLÍTICA SOCIAL

Como sabemos, desde as últimas décadas do século XX, a globalização neoliberal expandiu-

se por todo o mundo, mantendo-se como perspectiva orientadora da economia, da vida social, da política, das relações internacionais e da cultura na maioria dos países de todos os continentes. Uma globalização sem controle político ou ético, que solapa as bases das relações sociais.

Nesse processo, que foi impulsionado pelas agências multilaterais, e “teve como suporte as instituições financeiras que passaram a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento) “... o capital financeiro assumiu o comando do processo de acumulação envolvendo a economia e a sociedade, a política e a cultura, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais.” (IAMAMOTO, 2007, p.107).

A produção se globalizou com processos de flexibilização produtiva, com avanços tecnológicos e informacionais, com a robótica, e, sobretudo, com novas formas de organização das relações de trabalho e da economia. Os impactos ambientais desse processo são crescentes e perversos.

Nesse contexto de mudanças aceleradas emerge uma nova sociabilidade e uma nova política, inscrita na agenda neoliberal e que vem provocando metamorfoses no campo da subjetividade, expressas no individualismo competitivo, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes.

Nesse contexto, como observa Iamamoto (2008), as classes trabalhadoras experimentam a radicalização de sua exploração e expropriação. A questão social assume novas configurações e expressões e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão” sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital.” (IAMAMOTO, 2008, p.107)

Para Chico de Oliveira (2007), o capital financeiro (capital fetiche tão bem analisado por Iamamoto) modificou o campo da política e nos aprisionou na agenda neoliberal. Para ele o campo da política foi modificado e as classes excluídas da política. Passamos a viver, dessa forma, uma era de indeterminação, segundo o professor, para quem a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro retira o conflito da agenda: o capital virtual cria a “virtualidade da classe” e a despolitização da questão da pobreza. (Cf. YAZBEK, 2008, p. 19).

A recente crise financeira do capitalismo internacional de 2008 colocou em questão essa primazia do mercado e da globalização

neoliberal, evidenciando a fragilidade desse modelo centrado na acumulação financeira. Em relação a essa crise, há certo consenso de que se tratou de uma crise inédita, afetando padrões capitalistas de produção e de consumo. Efetivamente, o predomínio do sistema financeiro no espaço global, movido por especulações da bolsa, na busca de lucros de alto risco, com incentivos irrealistas, inaugurou um doloroso período de recessão, com consequências muito funestas.

Para as grandes potências capitalistas se tratou de salvar, a qualquer preço, a estruturas econômico-financeiras existentes, com intervenções estatais e maciças injeções de dinheiro.

Para alguns especialistas, este é o momento de maior fragilidade na administração da economia capitalista, desde o período pós-guerra, onde ocorreram falências de bancos, arrastando a de seguradoras na principal sede do capitalismo financeiro, Wall Street, contaminando todo o mercado financeiro mundial. “Está claro que os efeitos deste novo capítulo da crise, deflagrado pelo estouro da bolha imobiliária, não desacelera apenas a economia norte-americana. Será preciso acompanhar a extensão e a profundidade dessa desaceleração sobre o mercado global para uma avaliação mais exata dos seus desdobramentos históricos para a economia capitalista.” (SADER, Carta Maior 27/02/2009) O que fica claro, porém, é que as estratégias desreguladoras de uma globalização descontrolada, ilimitada, parecem ter esgotado sua capacidade de controlar o que Chico denomina “o poder impune do dinheiro”.

Neste capitalismo da era neoliberal, direitos são liquidados, mercados financeiros são desregulados e o próprio sistema econômico coloca em questão a sobrevivência de milhares de trabalhadores e a estabilidade de países inteiros.

Sem dúvida, a “crise tem um enorme custo social: o aumento da pobreza e do desemprego. A OIT estima que, só em 2009 mais de 50 milhões de trabalhadores perderão o seu emprego”[...] serão 23 milhões na América Latina, “em um cenário onde os 20% mais ricos do mundo se apropriam de 82.7% da renda, enquanto os dois terços mais pobres ficam com apenas 6%” (CACCIA BAVA, 2009, p.3).

Generalizam-se globalmente os salários precários e a insegurança social. Hoje, conforme dados do Banco Mundial, temos quase três bilhões de pessoas que vivem com dois dólares ou menos por dia (a maior parte na África) e 1 bilhão e 400 mil pessoas com 1.25 dólares dia. De acordo com a ONU (2009) 1/3 das mortes – 18 milhões de pessoas por ano (50 000 por dia) deve -se a causas relacionadas à pobreza. (É bom lembrar que com a crise foram destinados 4 trilhões para socorrer bancos e seguradoras,

40 vezes mais do que o dinheiro colocado nos Fundos de Combate à Pobreza)

Nos anos mais recentes, é preciso acrescentar ao longo processo de destituições que moldou um perfil para a questão social global, os efeitos devastadores da corrosão das condições de trabalho e dos direitos sociais., a intensificação dramática das múltiplas formas de opressão e das exclusões sociais, econômicas, étnicas, religiosas, políticas.

No Brasil, o custo social dessa crise vai se somar a uma histórica e estrutural desigualdade social que, apesar de em processo recente de redução face à melhoria no emprego, à valorização do salário mínimo e às políticas de transferência de renda, continua gravíssima.<sup>1</sup>

Estamos falando de um país que não fez sequer as “Reformas clássicas do capitalismo contemporâneo”. Não fez sua Reforma Agrária, não fez sua Reforma Tributária e não fez sua Reforma Social. O mercado de trabalho reproduz essa desigualdade. Temos hoje no país 37 milhões de jovens na faixa de 16 a 24 anos. A metade desses jovens não estuda. Os jovens filhos de pobres só estudam quando trabalham. “Não temos estudantes que trabalham, mas, de jovens trabalhadores que estudam. Quando falta trabalho ou a renda é pouca, ele abandona o estudo. “Este ano, 500 mil jovens do ensino médio abandonarão a escola por não ter complementação de renda” (Cf. Márcio Pochmann, 2009)

Não podemos esquecer que essas mudanças do capitalismo nas duas últimas décadas, agora agravadas pela crise atual, têm um caráter regressivo e conservador, que se expressa de diferentes formas, abrangentes e assimétricas, alcançando diferentes dimensões da vida dos cidadãos (que não analisaremos aqui) e trazendo graves consequências para o tecido social em geral, particularmente para as relações de trabalho. São mudanças que levaram a precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, de um “mercado que desqualifica e descarta”.

Agrava este quadro, o fato de que permanece orientando as Políticas Sociais a herança desestruturadora do neoliberalismo, dominante particularmente na última década, com consequências devastadoras para a política e para a esfera pública. E, com impactos desuniversalizantes para as Políticas Sociais e para os direitos sociais.

Certamente, o mundo não será o mesmo, passada a crise atual. Abre-se, com ela, uma gigantesca disputa – de interesses e de interpretações – sobre o seu significado e sobre as lições a tirar dela.

Estamos diante de uma realidade complexa, na qual, mais uma vez, na história de diferentes

nações está colocada a “disputa pelos sentidos da sociedade”. E, entre as disputas centrais a serem travadas nos próximos anos, está a disputa pelo lugar do social na construção da nação. Os rumos e a politização desse debate é que permitirão que Políticas Sociais se coloquem (ou não) na perspectiva de forjar formas de resistência e defesa da cidadania dos excluídos, ou apenas reiterar práticas conservadoras e assistencialistas.

Os riscos que enfrentamos nessa disputa, são no sentido de que as ações sociais, particularmente destinadas aos mais pobres, permaneçam no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário e não se realizem como direito. Até o momento, as propostas de Políticas Sociais, no país, não rompem com a ótica seletiva e emergencial, com o desenvolvimento de ações de caráter paliativo.

Para uma análise dos desafios e possibilidades das Políticas Sociais nesta conjuntura, particularmente das políticas direcionadas à redução das desigualdades sociais, é necessário retomar um conceito básico para esse debate: a concepção de Política Social Pública, como parte de um sistema protetivo.

Sabemos que a Política Pública entendida aqui, como intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, responde a interesses diversos, ou seja, expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural da sociedade capitalista. Interesses que não são neutros ou igualitários e reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade, e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem. Nessa direção é importante também lembrar que, inseridas na trama das relações sociais, as Políticas Sociais subordinam-se às políticas de estabilização da economia, e no contexto atual, poderão sofrer restrições no âmbito dos gastos públicos.

Sem dúvida, temos grandes desafios pela frente e apesar de sabermos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no mundo atual, sabemos também que as políticas sociais respondem às necessidades e direitos concretos de seus usuários e muitas vezes fazem a diferença para uma sobrevivência digna.

Não podemos esquecer que as Políticas Sociais só podem ser pensadas politicamente, sempre referidas a relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece às expressões da “questão social”, situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais. É fundamental lembrar que a “questão social” é referência para entender o

desenvolvimento das políticas sociais. “Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente” (YAZBEK, 2001, p.33)<sup>2</sup>

As políticas sociais, portanto constituem uma forma de regulação social das relações Estado/Sociedade. O escopo dessa regulação configura o reconhecimento público do direito ao atendimento das necessidades sociais da população, que deixam a esfera da provisão privada e passam a ser responsabilidade do Estado.

Dessa forma, a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais direcionados ao atendimento de seus direitos e necessidades, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros.

Como sabemos, historicamente as políticas sociais brasileiras foram marcadas por concepções e práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, além de se caracterizarem pela ausência de parâmetros públicos no reconhecimento de direitos sociais que buscavam atender, reiterando a imensa fratura entre direitos e possibilidades efetivas de sua realização.

Nos anos recentes, no âmbito do Estado, a necessidade de assegurar um mínimo de subsistência aos pobres, vem evidenciando o que Draibe (2002) denomina de uma “inflexão gradual do padrão pretérito de proteção social” observada no plano das políticas, programas e instituições por três características; “a descentralização, os novos parâmetros para a alocação de recursos e a redefinição das relações público/privado no financiamento e na provisão de bens e serviços sociais. A nova institucionalidade das políticas sociais, que daí emerge, caracteriza-se ainda por uma expansão e multiplicação dos mecanismos participativos e, na grande parte dos programas, pelo reforço do poder regulatório do Estado”

Efetivamente, no Brasil, nesses últimos anos, tornaram-se evidentes algumas novas características (neoliberais) da política social face às necessidades sociais da população. Quais são essas características que poderão acentuar-se com as recentes mudanças e, especialmente, com a atual crise do capitalismo e com seus impactos desagregadores sobre as condições de vida da população?

Há mais de uma década essas características vêm se evidenciando, e uma retomada analítica das políticas sociais brasileiras revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Nesse sentido, as políticas vêm correndo o risco

de ser o lugar dos não direitos e da não cidadania “[...] lugar a que o indivíduo tem acesso, não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído” (TELLES, 2001, p. 95). Nesse sentido, coloca-se muito distante para a sociedade brasileira a concretização de Políticas Sociais universais.

É sempre oportuno lembrar, que o Brasil instituiu constitucionalmente seu sistema de Seguridade Social em um contexto de crise do padrão de regulação sócio estatal que configurou o Estado de Bem-Estar Social (que nunca tivemos). Contexto no qual a articulação: trabalho, direitos e proteção social pública sofreu os impactos das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que atingiram duramente o trabalho assalariado e as relações de trabalho, levando à redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Para alguns autores: trata-se de uma crise irreversível, porque o WS supunha o pleno emprego e certamente enfrentamos o fim do consenso keynesiano, alterações demográficas e mundialização crescente da economia e outras graves questões quanto ao financiamento do WS. Temos aí a expansão do Welfare Mix ou o Welfare Pluralism (pluralismo de bem-estar) fenômeno que vem configurando uma substituição do modelo keynesiano/beveridgiano de bem-estar para outro modelo que incorpora a presença dos setores não governamentais e não mercantis da sociedade.

Trata-se de uma tendência de retorno à Filantropia na abordagem da questão social ou de uma ação seletiva do Estado. Abordagem que se constrói a partir de referências não políticas, e de iniciativas morais de ajuda ao necessitado. Trata-se de um processo caracterizado pela defesa de alternativas privatistas, que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral.

Nesse contexto, a questão social com suas múltiplas expressões, entre as quais destaco a pobreza, vai se despolitizando e “passando para o lugar da não política, onde é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da Filantropia.” (TELLES, 1998, p.15).

Frente ao quadro aqui apresentado, muitos são os desafios para o campo das políticas sociais na contemporaneidade e ampla é a agenda de mudanças a ser percorrida, na busca de melhorias democráticas e de justiça social. Vejamos alguns:

1º – Avançar na perspectiva de universalização da Política Social (Saúde, Educação e outras), buscando não restringir as políticas sociais à função de combate à pobreza, abandonando suas possibilidades na redução das desigualdades sociais. Superar a perspectiva que, “atribui às políticas sociais um caráter minimalista, focalizado em situações

de extrema pobreza, o que as esvazia de seu potencial universalizante e equânime.”

2º – Buscar construir a perspectiva de Seguridade Social no sistema protetivo da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar não podemos esquecer-nos da indissociável relação entre Trabalho e Seguridade, pois (como bem lembra Robert Castel) é a partir do reconhecimento do valor do trabalho que se constitui a moderna Seguridade Social.

Anoção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas a seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco (há novos riscos: demografia (envelhecimento, fecundidade, mulheres chefe de família etc)) e de vulnerabilidades sociais. Essa cobertura é social e não depende do custeio individual direto e objetivo e busca oferecer um conjunto de condições de vida a todos os cidadãos.

3º - Integrar as políticas de enfrentamento à pobreza com políticas universais: é necessária a conjugação adequada entre políticas estruturais voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros, e as intervenções de ordem emergencial. Restringir-se a estas últimas, quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza, é desperdiçar recursos, e não enfrentar a questão. Por outro lado também não é admissível o contrário. Subordinar a luta contra a fome à conquista prévia de mudanças profundas nas políticas estruturais representaria a quebra da solidariedade que é dever imperativo de todos, perante os milhões de cidadãos hoje condenados à exclusão social e à insuficiência alimentar.

Aqui destaco a política de Assistência Social, que interfere nos processos relacionados com a reprodução social da vida, desenvolvendo sua ação em situações sociais que afetam a condições de vida da população em geral e, sobretudo, dos setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando interferir nessas condições sob múltiplos aspectos. Podem produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida de seus usuários, em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e de participação democrática sua organização, suas práticas de resistência.<sup>3</sup>

Cabe, ainda, destacar os Programas de Transferência de Renda que, no Brasil, vêm sendo articulados a outros temas relevantes como: pobreza, educação, saúde, trabalho infantil, descentralização, focalização, eixos centrais que configuram as políticas sociais na atualidade. Sem dúvida, uma das faces mais importantes da Política Social brasileira, hoje, é o

Programa Bolsa Família, que atualmente alcança 12.5 milhões de famílias com investimentos em 2009 da ordem de 11.4 bilhões de reais.

Por outro lado, questões problemáticas vêm sendo apontadas no desenvolvimento desses programas, tais como: quais as reais possibilidades de elevarem o nível de escolaridade da população brasileira, de saúde, de nutrição, ou seja, de inserção social da população atendida? Qual sua efetividade enquanto política pública de enfrentamento da pobreza no país? Qual a sustentabilidade desses programas e seus impactos reais em termos de autonomização das famílias atendidas? <sup>4</sup>

De modo geral, o Programa vem alcançando a população a que se destina. As últimas PNADs também revelam uma questão essencial: os PTR não retiram os beneficiários do trabalho. Ou seja, o Bolsa Família não pretende substituir a renda do trabalho.

Ainda conforme a PNAD o comércio nordestino cresceu 4 vezes mais do que a média nacional. No Nordeste estes recursos representaram, em 2009, 3% do PIB Regional. Ou seja, o impacto dos programas assistenciais e subsidiados sobre as famílias mais pobres, sobretudo no Nordeste, é incontestável. Ele significa basicamente mais comida na mesa dos miseráveis e compra de produtos essenciais. <sup>5</sup>

### 3 CONCLUSÕES

O desafio de construir Políticas Públicas nesses tempos de crise e de transformações no capitalismo e na vida social não é fácil.

Trata-se, aqui, do reconhecimento público e da construção dos direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade. Direitos que sendo públicos, têm a universalidade como perspectiva, envolvem interesses coletivos (interesses de uma classe social), tem visibilidade pública, transparência e exigem o controle social, a participação e a democratização.

E é aqui que devemos localizar o significado de políticas democráticas de enfrentamento à pobreza: na disputa pelos sentidos da sociedade, na luta contra o desmanche de direitos, cuja regulação vai passando para espaços do mundo privado; na construção de parâmetros capazes de deter a privatização do público, e na perspectiva de construir a hegemonia das classes que vivem do trabalho em nossa sociedade. Isso a política social pode construir, deve construir.

Como afirma Vieira: “Sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”. Não existe direito sem sua realização e sem suas mediações e a Política Social é sem dúvida mediação

fundamental, nesse sentido. Mas, se a política opera de forma descontínua, incompleta e seletiva passa a ter outro significado (controle e enquadramento dos pobres).

Se entendermos que, no contexto de crise e na nova ordem das coisas, está em disputa uma direção para a sociedade brasileira, cabe interferir na construção dessa direção, onde a medida sejam os interesses das classes subalternas na sociedade. Cabe construir sua hegemonia, criar uma cultura que torne indeclináveis seus interesses. Para isso é preciso enfrentar desafios e nos desvencilhar de certas determinações e de certos condicionamentos impostos pela realidade mesma em que estamos inseridos e, de algum modo, limitados. Estamos no olho do furacão. E quando estas questões nos interpelam diretamente, ao fazermos (ainda?) uma aposta em uma “cidadania ampliada,” e buscamos reverter a figura do pobre como não cidadão, enfrentamos uma tarefa difícil, que esbarra na herança perversa de uma pobreza persistente e naturalizada, em uma sociedade desigual, que não tem ainda instaurado “o debate público sobre a justiça e a igualdade, pondo em foco as iniquidades inscritas na trama social.” (TELLES, 2001).

### REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. A nova bíblia do Tio Sam. **Le Monde Diplomatique**, maio 2000.

DRAIBE, Sonia Maria. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. In **Políticas Públicas: proteção e emancipação 2002**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Potiara A.P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SADER, Emir. **Boletim Carta Maior**, 27 fev. 2009.

TELLES, Vera da Silva. No Fio da Navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. **Revista Polis**, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Direitos Sociais**. afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Sociais Inclusivas: Desafios e Possibilidades. **Cidades e Questões Sociais**, São Paulo, Andross, 2008.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social, expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, 2004.

#### NOTAS

1. A PNAD 2008 mostrou que houve crescimento de 22% da renda dos 50% mais pobres (que respondem por apenas 18% da riqueza), embora os 10% mais ricos ainda concentrem 43%. No caso da renda do trabalho, a queda na desigualdade, medida pelo índice de Gini, foi 1.3% menor do que a redução verificada entre 2006 para 2007, mas maior que o registrado anualmente entre 2003 e 2005. A melhoria do emprego e da renda verificada até setembro de 2008 fez com que 3.8 milhões de brasileiros deixassem a linha de pobreza em 2007. A redução no desemprego significou que 2.5 milhões a mais de brasileiros estavam ocupados em setembro de 2008 na comparação com o mesmo período de 2007. A maioria dos postos de trabalho foi no setor formal, havendo um aumento de 6.6 % (2.1 milhões) no número de empregados com carteira assinada. Essa PNAD mostra que a taxa de desocupação caiu de 8.2% para 7.2%, o menor patamar desde 1996. A taxa de ocupação de crianças e adolescentes caiu de 10.8 em 2007 para 10.2 em 2008 (367 mil crianças e adolescentes), mas está muito longe de garantir os direitos. O país continua com graves problemas, como sua taxa de analfabetismo que recuou apenas 0.1% na comparação com 2007 (de 9.9 para 9.8); 15.9 % de seus adolescentes estão fora da escola; 26.8% das moradias não têm rede de esgoto ou fossa séptica e 16.1% dos domicílios não possuem rede geral de água.
2. Observação: por ter tido o mês de setembro como referência, essa PNAD não captou os efeitos da crise que abalou o mundo capitalista no último trimestre de 2008.

3. Abordar expressões da questão social brasileira nessa conjuntura de crise, é enfrentar uma temática bastante ampla e complexa, é enfrentar um novo perfil para a questão social, no qual destacamos a precarização, a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores.
4. Apresento a seguir alguns dados sobre a Assistência Social em 2009:
5. O BPC atendeu 3,4 milhões de beneficiários (113% mais que em 2002 quando iniciou) com um investimento de 18.5 bilhões (330% maior que 2002)
6. O orçamento do BPC em 2009 representa 0,6% do PIB.
7. Quanto ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
8. No Brasil hoje: cerca de 70% dos municípios brasileiros possuem ao menos 1 CRAS. No total são 5.142 CRAS/PAIF em 3.831 municípios brasileiros.
9. Quanto ao CREAS são 1235 em 1014 municípios.
10. Quanto ao Programa Sentinela - Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: em 2009 foram atendidas 63 mil crianças e adolescentes.
11. Quanto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: em 2009 foram atendidas: 875 mil crianças. Está presente em 3.471 municípios
12. Quanto ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)
13. Projovem Adolescente | Projovem Urbano | Projovem Campo | Projovem Trabalhador (MDS) (MEC) 423 mil jovens de 16 e 17 anos atendidos em outubro/2009. Meta de 1 milhão em 2010.
14. Conforme dados oficiais de 2001 a 2008 a renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais rápido do que a dos 10% mais ricos (PNAD 2008).
15. Apesar dos avanços recentes no Brasil: o número de pessoas em situação de pobreza ainda é alto (por volta de 30 milhões) e a taxa de desigualdade continua entre as mais altas do mundo.

#### **Maria Carmelita Yazbek**

Doutora em Serviço Social. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)  
E-mail: mcyaz@uol.com.br

#### **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP**

Rua Monte Alegre 984 - CEP 05014 – 901  
Ministro Godói 969  
Perdizes São Paulo Capital.  
CEP 05015 000